

# Reforma da Previdência: como impactará a construção civil?

---

O mercado está otimista com a aprovação do texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Nova Previdência.

O [mercado está otimista](#) com a aprovação do texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Nova Previdência. Foi o que mostraram os números alcançados em 10 de julho, data em que a reforma foi aprovada em primeiro turno no plenário da Câmara dos Deputados, graças à maioria favorável.

No total foram 379 votos a favor e 131 contra, sendo que eram necessários 308 votos favoráveis a matéria, tendo em vista o fato de se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição. No dia a Ibovespa cravou uma alta de 1,23% pontos, chegando aos 105.817 pontos. Já o Dólar recuou 0,7%, chegando a R\$3,759.

A análise, em primeiro turno, da proposta da Nova Previdência foi finalizada no dia 13 de julho. De acordo com informações da [Agência Câmara](#), a votação do segundo turno deve ocorrer ainda na primeira semana de agosto.

Depois disso a matéria segue para o Senado Federal, onde será analisada primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seguida será votada em dois turnos pelo plenário da Casa.

Mas, afinal, o que tudo isso tem a ver com a construção civil?

É sobre isso que falaremos neste relatório. Continue a leitura e descubra como as mudanças, já em andamento na Previdência, impactarão toda a economia.

# CBIC apoia a Reforma da Previdência

No que a tange a construção civil as expectativas também são positivas. Prova disso é a declaração de apoio da [Câmara Brasileira da Indústria da Construção](#) (CBIC) à reforma.

Para o presidente da CBIC, [José Carlos Martins](#), *“o Congresso Nacional que vai decidir o que é melhor para o país em termos de Reforma da Previdência, mas é importante que seja feita uma nova reforma, que se saneie as contas públicas para haver previsibilidade no investimento privado no país”*.

A instituição é representante de 88 sindicatos e associações de todo o Brasil e apresentou um conjunto de propostas de peso na Câmara dos Deputados. Seu intuito é destravar o investimento e gerar 1 milhão de empregos imediatamente, somente na construção civil.

## A motivação da Reforma da Previdência

O [Governo Federal](#) defende os seguintes motivos pelos quais considera que a reforma necessária:

### **Crescimento da população idosa**

A população idosa tem crescido rapidamente. O sistema, com as regras atuais, caminha para a insustentabilidade. No ano 2000, a proporção era de 11,5 pessoas em idade ativa (de 15 a 64 anos) para cada idoso (de 65 anos ou mais) no País. Em 2020, essa proporção deverá cair para 7 e, em 2060, para 2,35.

## Queda da taxa de fecundidade

Em 1980, o Brasil tinha uma média de 4,1 filhos por mulher. Neste ano, esse número caiu para 1,8. A taxa segue em queda, e a projeção é que esteja em 1,7 filho por mulher, em 2060. Essa estimativa significa menos gente contribuindo para a Previdência.

## Aumento da expectativa de sobrevida

Até a década de 1980, quem chegava aos 65 anos vivia, em média, mais 12 anos. Atualmente, em média, as pessoas vivem mais 18,4 anos. Em 2060 serão mais 21,2 anos.

## Estados e municípios

Sem a Nova Previdência, o risco de insolvência dos estados e municípios será ainda maior. Como o pagamento de aposentadorias é despesa obrigatória, governos poderão ter de cortar em outras áreas e, em alguns casos, como no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, atrasar salários e benefícios.

## O que acontece sem a [Nova Previdência](#)?

Sem um novo sistema, o Brasil precisará tirar cada vez mais recursos de áreas importantes como saúde, educação e segurança. Hoje, o governo federal destina valor equivalente a 10% de todas as riquezas produzidas em um ano no País para manter a folha de pagamento de trabalhadores inativos e dos demais beneficiários da Previdência. [Dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias](#) mostram que essas despesas podem saltar para R\$ 12,5 trilhões em 2060.

O envelhecimento da população e distorções no atual sistema permitem que pessoas com altos salários se aposentem mais cedo e recebam a aposentadoria por mais tempo. O modelo vigente também está em desequilíbrio, com despesas maiores do que é

O envelhecimento da população e distorções no atual sistema permitem que pessoas com altos salários se aposentem mais cedo e recebam a aposentadoria por mais tempo. O modelo vigente também está em desequilíbrio, com despesas maiores do que é possível arrecadar.

*“É uma Previdência insustentável em função de um déficit crescente por termos regras desiguais, principalmente para trabalhadores mais qualificados, melhor remunerados, e também pelo envelhecimento da população”, explicou o secretário de Previdência, Leonardo Rolim.*

## **Economia**

Em 10 anos, a expectativa do Governo é gerar uma economia superior a R\$ 1 trilhão. De acordo com a proposta, na prática, o cidadão contará com um sistema de aposentadorias sustentável, que contribuirá para um País mais organizado e mais forte frente a crises.

Com as contas internas equilibradas, o governo federal terá mais condições de incentivar a economia e a geração de empregos. Assim, haverá mais recursos para investir em outras áreas que também são de interesse da sociedade.

## O que muda com a reforma?

A [Agência Câmara](#) elencou as principais regras aprovadas, são elas:

- aumento do tempo para se aposentar;
- limite de benefício à média de todos os salários;
- elevação das alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS;

- estabelecimento de regras de transição para os atuais assalariados.

Em relação ao texto originalmente encaminhado pelo governo, ficaram de fora:

- a capitalização (poupança individual); e
- mudanças na aposentadoria de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Quanto ao pagamento do **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** ao idoso ou à pessoa com deficiência:

- foi mantido no texto constitucional o parâmetro de renda mensal per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo para ter acesso a esse benefício, admitida a adoção de outros critérios de vulnerabilidade social.

Esse valor constava na lei de assistência social e foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013, mas o tribunal não declarou nula a norma e famílias com renda de até meio salário têm obtido o benefício na Justiça.

Os estados ficaram de fora das novas normas, devendo apenas adotar fundos complementares para seus servidores dentro do prazo de dois anos da futura emenda, além de poderem cobrar alíquotas progressivas, nos moldes da instituída para os servidores federais.

#### **Idade mínima:**

- na nova regra geral para servidores e trabalhadores da iniciativa privada que se tornarem segurados após a reforma, fica garantida na Constituição somente a idade mínima;
- o tempo de contribuição exigido e outras condições serão fixados definitivamente em lei, até lá, vale uma regra transitória.

Para todos os trabalhadores que ainda não tenham atingido os requisitos para se aposentar, regras definitivas de pensão por morte, de acúmulo de pensões e de cálculo dos benefícios dependerão de lei futura, mas o texto traz normas transitórias até ela ser feita.

Já a pensão por morte poderá ser inferior a um salário mínimo quando essa não for a única fonte de renda do dependente. O valor depende de cálculo vinculado ao tempo de contribuição.

Quem já tiver reunido as condições para se aposentar segundo as regras vigentes na data de publicação da futura emenda constitucional, terá direito adquirido a contar com essas regras mesmo depois da publicação.

[Você pode ver o que foi aprovado no Plenário neste primeiro turno de votação da Reforma da Previdência.](#)

## Impactos na construção civil

Na visão do diretor de Ecosystem da Softplan/[Sienge](#), Fabrício Schweitzer, a construção civil tem duas características importantes relacionadas à reforma da previdência. Uma delas é o fato de, grande parte do financiamento que impulsiona a construção civil ser dinheiro que vem de iniciativas governamentais.

*“Tanto obras públicas, quanto as do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) dependem bastante de dinheiro de governo. Então, se o governo não tem capacidade de investimento, não tem previsibilidade e horizonte de investimento, o segmento fica vivendo de solavancos”.*

Para o diretor, a Reforma da Previdência traz, de certa forma, um componente de uma linha de médio e longo prazo para as

contas do Governo, criando-se um ambiente para que as decisões aconteçam.

A segunda característica citada por Schweitzer é a redução de despesa. *“Em tese, teremos disponibilidade de recursos para o governo poder investir em alguns projetos que estavam parados.”*

Quando perguntado sobre quais ações as construtoras e incorporadoras podem tomar relacionadas à reforma da previdência, Fabrício indica o seguinte:

*“Passada a aprovação da reforma, a tendência é que as empresas comecem a tirar as obras da fase de projetos e passem para a fase de implementação. A expectativa é que comecemos a observar um movimento bastante interessante da construção civil, principalmente no segmento privado em um primeiro momento. As obras públicas acredito que ainda levem um pouco mais tempo para acontecer, por conta do próprio timing do governo”.*

De acordo com o presidente da Caixa, [Pedro Guimarães](#), desde que haja a reforma, existirá interesse de investidores internacionais em financiar imóveis devolvidos, fundos imobiliários, certificados de recebíveis imobiliários e letras imobiliárias.

Guimarães disse que a Caixa pode ofertar R\$ 100 bilhões por meio da securitização de sua carteira imobiliária. Em sua opinião ao se consolidar a reforma da Previdência, a economia doméstica tende a ser alvo de novos investimentos na economia brasileira, o que gerará emprego e crescimento.



## Ponto de atenção

O vice-presidente de Economia do [Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo \(SindusCon-SP\)](#), [Eduardo Zaidan](#), considera o “encaminhamento da reforma um passo importante para demonstrar que a sociedade brasileira se preocupa com o ajuste da situação fiscal do país”. Em sua visão a mudança “é muito positiva, mas ainda é insuficiente para retomar o crescimento”.

Zaidan pondera o fato de a retomada vir no médio prazo. Por outro lado, aposta no aumento dos lançamentos e das vendas de imóveis, demandando a abertura de novos canteiros de obras já no curto e médio prazos.

# Conclusão

Diante do posicionamento de especialistas da construção civil sobre como a Reforma da Previdência pode influenciar no setor podemos concluir que: as expectativas são positivas (tanto do mercado como um todo, quanto dos profissionais do setor); a retomada da economia deve se dar aos poucos (com mudanças no curto, no médio e no longo prazo); o Governo Federal deve voltar a ter verba para investir no setor.



Mais que um software, uma Plataforma especialista em gestão de empresas da construção.

[www.sienge.com.br](http://www.sienge.com.br)

**(48) 3027 8110**